

3

Rumo à Cidade

O comércio e as cidades.

Surgem as corporações.

Choque entre a cidade e o senhor feudal.

Cresce a influência dos mercadores.

À MEDIDA que o riacho irregular do comércio se transformava em corrente caudalosa, todo pequeno broto da vida comercial, agrícola e industrial recebia sustento e florescia. Um dos efeitos mais importantes do aumento no comércio foi o crescimento das cidades.

Sem dúvida, havia certo tipo de cidades antes desse aumento no comércio, os centros militares e judiciais do país, onde se realizavam os julgamentos e onde havia bastante movimento. Eram realmente cidades rurais, sem privilégios especiais ou governo que as diferenciasssem. Mas as novas cidades que se desenvolveram com a intensificação do comércio, ou as antigas cidades que adotaram uma vida nova sob tal estímulo, adquiriram um aspecto diferente.

Se é fato que as cidades crescem em regiões onde o comércio tem uma expansão rápida, na Idade Média temos de procurar as cidades em crescimento na Itália e Holanda. E é exatamente onde elas surgiram primeiro. À medida que o comércio continuava a se expandir, surgiam cidades nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado. Tais eram os lugares que os mercadores procuravam. Neles, além disso, havia geralmente uma igreja, ou uma zona fortificada chamada 'burgo' que

assegurava proteção em caso de ataque. Mercadores errantes descansando nos intervalos de suas longas viagens, esperando o degelo de um rio congelado, ou que uma estrada lamacenta se tornasse novamente transitável, naturalmente se deteriam próximo aos muros de uma fortaleza, ou à sombra da catedral. E como um número cada vez maior de mercadores se reunia nesses locais, criou-se um *faubourg* ou 'burgo extramural'. E não demorou muito para que o arrabalde se tornasse mais importante do que o próprio burgo antigo. Logo, os mercadores dessa povoação, em seu desejo de proteção, construíram à volta de sua cidade muros protetores que provavelmente se assemelhavam às paliçadas dos colonos americanos. Em consequência, os muros mais velhos se tornaram desnecessários e ruíram aos pedaços. O burgo mais antigo não se expandiu exteriormente, mas se viu absorvido pela povoação mais nova, onde os fatos se sucediam. O povo começou a deixar suas velhas cidades feudais para iniciar vida nova nessas ativas cidades em progresso. A expansão do comércio significava trabalho para maior número de pessoas e estas afluíam à cidade, a fim de obtê-lo.

Atente bem o leitor, porém, que não *sabemos* se o relato acima é verdadeiro. Trata-se apenas de conjeturas de certos historiadores, em particular Henri Pirenne, cujo levantamento de indícios para demonstrar o modo pelo qual as cidades da Idade Média se desenvolveram é tão fascinante como qualquer história de detetive. Uma de suas provas de que o mercador e o habitante da cidade constituíam uma única e mesma pessoa é o fato de que, logo no início do século XII, a palavra *mercator*, significando mercador, e *burgensis*, significando aquele que vive na cidade, eram usadas alternadamente.¹

Ora, se recapitularmos o estabelecimento da sociedade feudal, veremos que a expansão do comércio, trazendo em consequência o crescimento das cidades, habitadas sobretudo por uma classe de mercadores que surgia, logicamente conduziria a um conflito. Toda a atmosfera do feudalismo era a da prisão, ao passo que a atmosfera total da atividade comercial na cidade era a da liberdade. As terras da cidade pertenciam aos senhores feudais, bispos, nobres, reis. Esses senhores feudais, a princípio, não viam diferença entre suas terras na cidade e as outras terras que possuíam. Esperavam arrecadar impostos, desfrutar os monopólios, criar taxas e

¹Cf. H. Pirenne, "The Stages in the Social History of Capitalism", em *The American Historical Review*, vol. XIX, abril de 1914. The Macmillan Company, N. Y., 1914.

serviços, e dirigir os tribunais de justiça, tal como faziam em suas propriedades feudais. Mas isso não poderia acontecer nas cidades. Todas essas práticas eram feudais, baseadas na propriedade do solo e tinham de ser modificadas no que se relacionasse às cidades. As leis e a justiça feudais se achavam fixadas pelo costume e eram difíceis de alterar. Mas o comércio, por sua própria natureza, é dinâmico, mutável e resistente às barreiras. Não se podia ajustar à estrutura feudal. A vida na cidade era diferente da vida no feudo e novos padrões tinham que ser criados.

Pelo menos, os mercadores assim julgaram. E o pensamento, com esses comerciantes audazes, foi logo traduzido em ação. Eles aprenderam a lição de que a união faz a força. Quando viajavam pelas estradas, juntavam-se para se proteger contra os salteadores; quando viajavam por mar, associavam-se para se proteger contra os piratas; quando comerciavam nos mercados e feiras, aliavam-se para concluir melhores negócios com seus recursos aumentados. Agora, face a face com as restrições feudais que os asfixiavam, mais uma vez se uniram, em associações chamadas 'corporações' ou 'ligas', a fim de conquistar para suas cidades a liberdade necessária à expansão contínua. Quando conseguiam o que queriam, sem luta, contentavam-se; quando tinham que lutar para alcançar o que desejavam, lutavam.

O que desejavam eles, especificamente? Quais as exigências desses mercadores nessas cidades em crescimento? Em que aspectos seu mundo em alteração se chocava frontalmente com o mundo feudal mais antigo?

A população das cidades queria liberdade. Queria ir e vir quando lhe aprouvesse. Um velho provérbio alemão, aplicável a toda a Europa ocidental, *Stadtluft macht frei* (O ar da cidade torna um homem livre), prova que obtiveram o que almejavam! Tão real era esse provérbio que muitas constituições de cidades, dos séculos XII e XIII, continham uma cláusula semelhante à que se segue, conferida à cidade de Lorris pelo rei Luís VII, em 1155: "Quem residir um ano e um dia na paróquia de Lorris, sem que qualquer reclamação tenha sido feita contra ele, e sem que se tenha recusado a nos submeter sua causa, ou ao nosso preboste, pode aí permanecer livremente e sem ser molestado."² Se Lorris e as demais cidades possuísem a técnica de anúncios de beira

de estrada do século XX, poderiam ter usado um letreiro como este:

Venha a Lorris

e seja

LIVRE

As populações das cidades desejavam algo mais que a liberdade: desejavam a liberdade da terra. O hábito feudal de 'arrendar' a terra de Fulano que, por sua vez, a arrendava de Beltrano, não era de seu agrado. O homem da cidade via a terra e a habitação sob um prisma diferente do senhor feudal. O homem da cidade poderia, de repente, precisar de algum dinheiro para investir em negócios, e gostava de pensar que podia hipotecar ou vender sua propriedade para obtê-lo, sem pedir permissão a uma série de proprietários. A própria escritura pública de Lorris tratava do assunto, nestes termos: "Qualquer cidadão que desejar vender sua propriedade terá o privilégio de fazê-lo."³ Basta recordar o sistema de administração da terra descrito no primeiro capítulo para verificar quantas modificações se produziram com o comércio e as cidades.

As populações urbanas desejavam proceder a seus próprios julgamentos, em seus próprios tribunais. Eram contrárias às cortes feudais vagarosas, que se destinavam a tratar dos casos de uma comunidade estática, e totalmente inadequadas aos novos problemas que surgiam numa cidade comercial dinâmica. Que sabia, por exemplo, um senhor feudal sobre hipotecas, letras de crédito, ou jurisprudência de negócios em geral? Absolutamente nada. E, de qualquer modo, se soubesse tudo isso, é mais que certo que se utilizaria de seus conhecimentos e posição em benefício próprio, não em favor do homem da cidade. As populações urbanas queriam estabelecer seus próprios tribunais, devidamente capacitados a tratar de seus problemas, em seu interesse. Queriam, também, elaborar sua própria legislação criminal. Manter a paz nas pequenas

² *A Source Book of Medieval History*, p. 328 organizado por F. A. Ogg. American Book Company, N. Y., 1907.

³ *Ibid.*

aldeias feudais não se comparava ao problema de manter a paz na cidade em desenvolvimento, com maiores riquezas e população móvel. A população urbana conhecia o problema como o senhor feudal não conhecia. Queria sua própria 'paz da cidade'.

As populações das cidades desejavam fixar seus impostos à sua maneira, e o fizeram. Opunham-se à municipalidade dos impostos feudais, pagamentos, ajudas e multas, que eram irritantes, e num mundo em evolução apenas serviam para aborrecer. Desejavam empreender negócios e, assim, empenharam-se em abolir as taxas, de qualquer tipo, que os tolhessem. Se, porém, falharam no objetivo de suprimir totalmente esses direitos, alcançaram o maior êxito em modificá-los, de uma forma ou de outra, para que se tornassem mais aceitáveis. A liberdade das cidades não era, normalmente, concedida de uma só vez, mas pouco a pouco. A princípio, o senhor vendia parte de seus direitos aos cidadãos, depois vendia mais uma parcela e assim sucessivamente, até que a cidade acabava por ficar praticamente independente de seu domínio. Isto, ao que parece, ocorreu na cidade alemã de Dortmund. Em 1241, o conde de Dortmund vendeu aos cidadãos alguns de seus direitos feudais na cidade:

"Eu, Conrad, conde de Dortmund, e minha esposa, Gisetrude, e nossos legítimos herdeiros vendemos ... aos cidadãos e cidade de Dortmund, nossa casa, situada ao lado da praça do mercado ... que lhes deixamos completamente em perpetuidade, juntamente com os direitos, que conservamos do Sagrado Império Romano, de matadouros e oficinas de sapateiros remendões, de padaria e da casa sobre o tribunal, pelo preço de dois dinares pelo matadouro, e também dois dinares pelas oficinas dos sapateiros remendões e, pela casa do forno e casa sobre o tribunal, uma libra de pimenta, que serão pagos anualmente."⁴

Oitenta anos mais tarde outro conde Conrad cedeu, por aluguel anual, "ao conselho e cidadãos de Dortmund, para seu poder exclusivo, metade do condado de Dortmund", que incluía os tribunais, direitos de portagem, impostos e rendimentos, e tudo dentro dos muros da cidade, à exceção da própria casa do conde, seus escravos pessoais e a capela de São Martinho.

É de supor que os bispos e senhores feudais tenham percebido que ocorriam mudanças sociais de grande importância. É de supor

que alguns tenham reconhecido ser impossível barrar o caminho dessas forças históricas. Alguns deles o fizeram, outros não. Alguns, bastante espertos para sentir o que ocorria, procuraram tirar o melhor partido da situação e saíram-se bem. Isso porém nem sempre se fez pacificamente. Parece fato, através da história, que os donos do poder, os abastados, se utilizarão sempre de quaisquer meios para manter o que possuem. O cão luta por seu osso. E, em muitos casos, os senhores feudais e bispos (particularmente os bispos) ferravam os dentes em seus ossos e não os largavam até que se vissem forçados a isso pela violência das populações das cidades. Para alguns, não se tratava apenas de se agarrar a seus antigos privilégios, unicamente pelas vantagens que usufruíam. Como ocorre com frequência na história, muitas dessas pessoas abastadas imaginavam sinceramente que, se as coisas não permanecessem como estavam, todo o sistema social desmoronaria. E como as populações das cidades não acreditavam nisso, muitas cidades só conquistaram sua liberdade depois que a violência irrompeu. Esse fato parece provar a veracidade da afirmação de Oliver Wendell Holmes, de que "quando as divergências são de grande alcance, preferimos tentar matar o outro homem a deixá-lo praticar suas idéias".

Na verdade, as populações das cidades em luta, dirigidas pelas associações de mercadores organizados, não eram revolucionárias no sentido que emprestamos à palavra. Não lutavam para derrubar seus senhores, mas apenas para fazê-los abandonar algumas das práticas feudais já gastas pelo uso, que constituíam um estorvo decisivo à expansão do comércio. Não teriam escrito, como os revolucionários americanos, que "todos os homens foram criados livres e iguais". Nada disso. "A liberdade pessoal, por si só, não era exigida como direito natural. Era desejada apenas pelas vantagens que proporcionava. E tanto isso é verdade que em Arrás, por exemplo, os mercadores tentaram enquadrar-se na classe dos servos do mosteiro de St. Vast, a fim de gozar da isenção das taxas de pedágio nos mercados, que fora concedida àqueles."⁵

As cidades desejavam libertar-se das interferências à sua expansão, e depois de alguns séculos o conseguiram. O grau de liberdade variava consideravelmente, de forma que é tão difícil apresentar um quadro geral dos direitos, liberdades e organização da

⁴ *Dortmunder Urkundenbuch*, Bd. I, pp. 33, 269-271, bearbeitet von Karl Rübel. Dortmund, 1881.

⁵ H. Pirenne, *Medieval Cities*, p. 177. Princeton University Press, 1925. Muito me utilizei deste livro para a compilação do material sobre as cidades.

cidade medieval quanto do feudo. Havia cidades totalmente independentes, como as cidades-repúblicas da Itália e Flandres; havia comunas livres com graus diversos de independência; e havia cidades que apenas superficialmente conseguiram arrebatrar uns poucos privilégios de seus senhores feudais, mas na realidade permaneciam sob seu controle. Mas, fossem quais fossem os direitos da cidade, seus habitantes tinham o cuidado de obter uma carta que os confrimasse. Isso ajudava a evitar disputas, se alguma vez o senhor ou seus representantes por acaso se esquecessem desses direitos. Eis aqui o início de uma carta dada pelo conde de Ponthieu à cidade de Abbeville em 1184. Logo na primeira linha, o próprio conde apresenta uma das razões por que os habitantes das cidades tanto prezavam as cartas e as guardavam cuidadosamente a sete chaves — por vezes chegando mesmo a transcrevê-las em letras de ouro, nos muros da cidade ou da igreja. “Como o que se deixa escrito fica mais bem guardado na memória humana, eu, Jean, conde de Ponthieu, faço saber a todos os presentes, e aos que virão, que meu avô, conde Guillaume Talvas, tendo vendido à cidade de Abbeville o direito de manter uma comuna, e não tendo a cidade uma cópia autenticada desse contrato de venda, concedeu-lhe ... o direito de manter uma comuna e perpetuamente...”⁶

Cento e oitenta e seis anos depois, em 1370, os cidadãos de Abbeville passaram a ter um novo senhor, o próprio rei de França. Decerto, o movimento em prol da liberdade da cidade progredira rapidamente durante esse período, porque o rei, em ordem dada a seus funcionários, fora longe com suas promessas: “Concedemos e transmitimos certos privilégios, pelos quais fica patente, *inter alia* [entre outras coisas], que nunca, por qualquer motivo, ou ocasião que seja, fixaremos, manteremos, multaremos ou imporemos, nem seremos causa ou toleraremos que sejam fixados, mantidos, estabelecidos ou impostos na referida cidade de Abbeville, ou nas demais cidades do condado de Ponthieu, quaisquer imposições, ajudas, ou outros subsídios de qualquer natureza, se não se destinarem à renda das mencionadas cidades e a seu pedido ... razão pela qual nós, considerando o amor e obediência sinceros a nós devotados pelos ditos suplicantes, ordenamos que permita a todos os burgueses, habitantes da referida cidade, comerciar, vender e comprar, e transportar através das cidades, países e limites do referido

⁶ A. Luchaire, *Les communes françaises à l'époque des Capétiens Directs*, p. 112. Hachette et Cie., Paris, 1890.

condado, sal e outras mercadorias de qualquer espécie, sem coagi-los a pagar-nos, ou aos nossos homens ou empregados, quaisquer impostos de sal, reclamações, exigências, imposições ou subsídios...”⁷

Essa isenção dos impostos concedida pelo rei de França no documento acima era apenas um dos privilégios pelos quais os mercadores se batiam. Na luta pela conquista da liberdade da cidade, os mercadores assumiram a liderança. Constituíam o grupo mais poderoso e lograram para suas associações e sociedades todos os tipos e privilégios. As associações de mercadores exerciam com frequência, um monopólio sobre o comércio por atacado das cidades. Quem não era um membro da liga de mercadores não fazia bons negócios. Em 1280, por exemplo, na cidade de Newcastle, na Inglaterra, um homem chamado Richard queixou-se ao rei de que 10 tosquias de lã lhe foram tomadas por alguns mercadores. Querida sua lã de volta. O rei mandou chamar os tais mercadores e perguntou-lhes por que haviam tomado a lã de Richard. Estes alegaram, em sua defesa, que o rei Henrique III concedera que “os cidadãos da referida cidade poderiam ter uma Corporação de Mercadores no dito burgo, com todos os privilégios e isenções habituais. Indagados acerca dos privilégios que reivindicam como pertencentes à Corporação citada, declararam que ninguém, a menos que gozasse das imunidades da Corporação, poderia cortar as peças de fazenda para vender na cidade, nem carne ou peixe, nem comprar couros frescos, nem adquirir lã pela tosquia...”⁸ Richard, decerto, não era membro da sociedade, que desfrutava o direito exclusivo de comerciar com lã.

Em Southampton, ao que parece, os não-membros podiam adquirir mercadorias — mas à sociedade de mercadores cabiam os primeiros negócios e “nenhum habitante ou estrangeiro trocará ou comprará, antes dos membros da Corporação dos Mercadores, qualquer espécie de mercadoria que chegue à cidade, e enquanto um membro da sociedade estiver presente e deseje trocá-la ou comprá-la; e se alguém o fizer e for considerado culpado, aquilo que comprar será confiscado pelo rei”.⁹

E exatamente como as associações de mercadores tentaram manter a distância os não-membros, foram igualmente bem suce-

⁷ A. Thierry, *op. cit.*, vol. IV, pp. 170, 171.

⁸ Charles Gross, *The Guild Merchant*, vol. I, pp. 39-40, 2 vols. Clarendon Press, Oxford, 1890.

⁹ *Ibid.*, vol. I, p. 48.

didadas em conservar fora de seu comércio de província os mercadores estrangeiros. Seu objetivo único era possuir o controle total do mercado. Quaisquer mercadorias que entrassem ou saíssem da cidade tinham que passar por suas mãos. Devia ser eliminada a concorrência de fora. Os preços das mercadorias deviam ser determinados pelas associações. Em todas as fases do jogo elas desempenhariam o papel principal. O controle do mercado teria que ser seu monopólio exclusivo.

Claro está que, para exercer tal poder, a fim de conquistar esse monopólio do comércio nas diversas cidades, as associações de mercadores deviam ser influentes junto às autoridades. E eram. Como constituíam o grupo mais importante da cidade, os mercadores opinavam na escolha dos seus funcionários. Em algumas regiões, os funcionários estavam sob sua influência; em outras, eles próprios tornavam-se os funcionários; e ainda em umas poucas, a lei estipulava expressamente que apenas os membros das corporações podiam ocupar postos no governo da cidade. Era um caso raro, mas acontecia, como prova o regulamento da cidade de Preston, na Inglaterra, redigido em 1328: "... nenhum dos cidadãos, feitos cidadãos por registro nos tribunais e fora da Corporação dos Mercadores, nunca será Alcaide, avalista ou funcionário, mas apenas os cidadãos cujos nomes estejam incluídos na Corporação dos Mercadores; porque o rei concede a liberdade aos cidadãos que integram a Corporação e a nenhum outro."¹⁰

As associações de mercadores, tão ávidas em obter privilégios monopolistas, e tão observadoras de seus direitos, mantinham seus membros numa linha de conduta determinada por uma série de regulamentos que todos tinham de cumprir. O integrante da sociedade gozava de certas vantagens, mas só podia permanecer como membro se seguisse à risca as regras da associação. Estas eram muitas e rígidas. Rompê-las podia significar a expulsão total ou outras formas de punição. Um método particularmente interessante é o que adotava uma corporação em Chester, Inglaterra, há mais de 300 anos. Em 1614, a Companhia de Negociantes de Fazendas e Forrageiros, de Chester, ao descobrir que T. Aldersley violara suas normas, ordenou-lhe que fechasse a loja. Ele recusou. "Assim, todos os dias, dois outros [da companhia] caminhavam o dia todo diante da mencionada loja e impediam todos quantos se dirigiam

à loja de aí comprar seus artigos e detinham os que iam comprar mercadorias."¹¹

É lícito supor que o senhor Aldersley não podia pôr termo a esses piquetes, obtendo um mandado contra eles, no estilo do século XX, porque a corporação era por demais poderosa. De fato, o poder das associações de mercadores não se limitava às suas próprias localidades, mas alcançava regiões distantes. A famosa Liga Hanseática, da Alemanha, é o exemplo vivo de uma aliança de sociedades numa poderosa organização. Possuía postos de comércio que eram fortalezas, bem como armazéns espalhados da Holanda à Rússia. Tão poderosa era essa liga que, no ápice do poder, contava com cerca de 100 cidades, praticamente monopolizando o comércio do norte da Europa com o resto do mundo. Constituía um Estado em si, no qual estabelecia tratados comerciais, protegia sua frota mercante com navios de guerra adequados, limpava de piratas os mares do norte e tinha assembleias de governo que elaboravam suas próprias leis.

Os direitos que mercadores e cidades conquistaram refletem a importância crescente do comércio como fonte de riqueza. E a posição dos mercadores na cidade reflete a importância crescente da riqueza em capital, em contraste com a riqueza em terras.

Nos primórdios do feudalismo, a terra, por si só, constituía a medida da riqueza do homem. Com a expansão do comércio surgiu um novo tipo de riqueza — a riqueza em dinheiro. No início da era feudal o dinheiro era inativo, fixo, móvel; agora tornara-se ativo, vivo, fluido. No início da era feudal os sacerdotes e guerreiros, proprietários de terras, situavam-se num dos extremos da escala social, vivendo do trabalho dos servos, que se encontravam no outro extremo. Agora, um novo grupo surgia — a classe média, vivendo de uma forma diferente, da compra e da venda. No período feudal, a posse da terra, a única fonte de riqueza, implicava o poder de governar para o clero e a nobreza. Agora, a posse do dinheiro, uma nova fonte de riqueza, trouxera consigo a partilha no governo, para a nascente classe média.

¹⁰ *Ibid.*, vol. II, p. 195.

¹¹ *Ibid.*, vol. I, p. 36, nota.